

INFORME ECONÔMICO

Uma proposta para reduzir a dívida pública interna

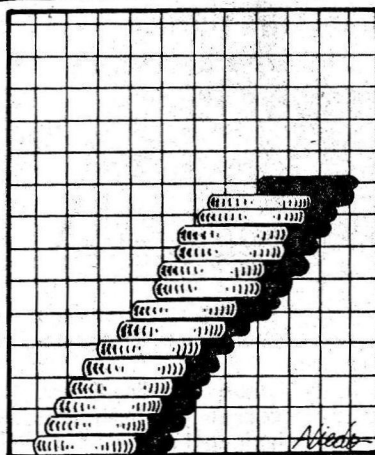
Amortizar uma parte da dívida pública interna com a venda de ações das empresas estatais em poder da União é a proposta do economista Paulo Rabelo de Castro, editor da revista **Conjuntura Econômica**, da Fundação Getúlio Vargas.

Ele vê a maior dificuldade na falta de dados confiáveis sobre quanto representam essas ações. Mas recorre e levantamentos da Sest para informar que, descontados os 51% necessários para assegurar à União o controle das estatais, as ações nos cofres do Tesouro representariam de 20% a 30% do total da dívida.

A questão crucial é o controle, mas ele pode ser dissociado da propriedade, lembra o jurista Alfredo Lamy Filho. Isto é: a venda das ações não colocaria em risco a supremacia do Estado sobre essas corporações, desde que um dispositivo legal acudisse nesse sentido. Como os cálculos da Sest estimam que o total das ações de estatais em poder da União chegam a 70% da dívida pública interna, a proposta ganha muito mais poder de fogo.

Paulo Rabelo de Castro não está preocupado com o potencial efeito de **dumping** que uma desova dessa ordem poderia ter sobre o mercado de capitais. Acha, até, que o preço das ações passaria a refletir de imediato a expectativa de um gerenciamento mais eficiente das estatais, através do acompanhamento público de sua administração.

O que o preocupa, sim, é o desconhecimento do montante da dívida, razão pela qual pede um levantamento exaustivo e



definitivo — “o que aparentemente nem a Copag conseguiu fazer” — para dar ao Governo que assume a 15 de março condições mínimas de uma ação nessa área, “potencialmente explosiva”.

A ação, a seu ver, deve partir das seguintes constatações: 1) a inflação é uma forma de o Governo escamotear o “monstro” que ele mesmo criou, com seu endividamento; 2) o atual sistema de indexação é simplista ao reproduzir a inflação do mês anterior no mês seguinte, quando deveria contemplar apenas contratos de longo prazo, e mesmo assim atado a uma perspectiva de inflação cadente; 3) nada será conseguido enquanto não houver um reordenamento do setor público brasileiro.

Setor público que, para Rabelo de Castro, cresceu demais, deve demais e aplica cada cruzeiro cobrado sob a forma de imposto de forma menos eficiente do que o faria a empresa privada ou, mesmo, o cidadão comum.

Da mesma forma com que será política a renegociação da

dívida externa com os credores, o trato da dívida interna exigirá uma discussão política com a sociedade brasileira, na opinião do economista. Um debate em que se encare de frente o fato de a inflação ser, ao mesmo tempo, uma forma de o Governo financiar uma parte da dívida e um imposto cobrado aos cidadãos e às empresas.

Para o Governo, emitir moeda permite financiar seus gastos sem ter de aumentar impostos ou colocar ainda mais títulos no mercado financeiro. Mas o aumento de preços penaliza os assalariados, que exigem recomposições cada vez mais frequentes de seus rendimentos, com efeito de bola de neve sobre os custos de produção.

A dívida pública cresce de forma passiva, através das correções monetária e cambial, e ativa, via excesso de gastos da União, Estados, municípios, previdência social, SFH, estatais. Para financiá-las, o Governo é obrigado a colocar títulos no mercado financeiro a taxas crescentes de juros, que inibem os investimentos e impedem a ampliação do nível de emprego.

O mercado financeiro exige taxas cada vez maiores para absorver os títulos públicos porque, conforme lembra Rabelo de Castro, nesse caso é o devedor — o Governo — quem tem poder de fogo para mudar as regras do jogo. O risco final, contudo, quem corre são os fornecedores de recursos ao sistema financeiro. Ou seja: os cidadãos que poupam e as empresas que investem seu superávit operacional.